

RIQUEZA FINITA: Arrecadação com tributo no estado subiu 80,5% em 5 anos

Editoria de Arte

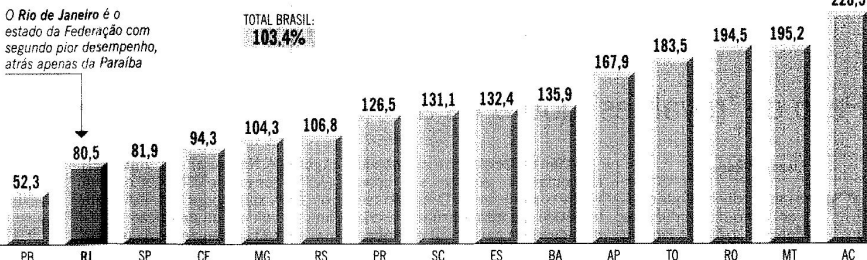
O lento avanço fluminense

RIO PERDE ESPAÇO NA ARRECAÇÃO DO ICMS

Crescimento da arrecadação do ICMS entre 1999 e 2004, nos principais estados e nos que tiveram os piores e os melhores desempenhos

(Em %)

O Rio de Janeiro é o estado da Federação com segundo pior desempenho, atrás apenas da Paraíba



FONTE: Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ), com base em dados do Ministério da Fazenda

Crescimento de receita com ICMS no Rio é o segundo pior do país

Críticos atribuem desempenho a incentivos fiscais defendidos pelo governo

Luciana Rodrigues

• O Rio não só viu crescer a participação dos royalties na sua receita como também ficou na lanterninha, entre os estados do Brasil, na arrecadação de ICMS nos últimos anos. Levantamento feito pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ) mostra que, entre 1999 e 2004, o valor nominal (ou seja, sem considerar a inflação) do ICMS cresceu 80,5% no Rio. É o segundo pior desempenho do Brasil, à frente apenas da Paraíba, onde a expansão foi de 52,3%. No conjunto dos estados brasileiros, a arrecadação com ICMS aumentou 103,4% no período.

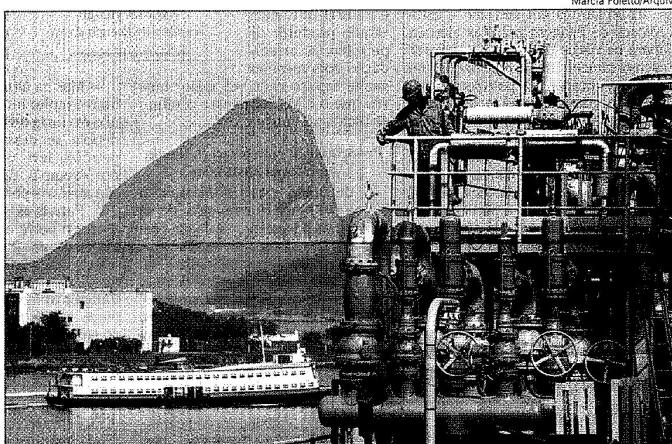
O presidente do CRC-RJ, Nelson Rocha, que foi secretário de Fazenda no governo Benedita da Silva, atribui o fraco desempenho do Rio na arrecadação de ICMS às isenções fiscais concedidas pela atual administração. Segundo ele, os incentivos são dados a empresas de diferentes setores e de todos os portes, sem estudos prévios sobre o impacto na arrecadação.

O secretário estadual de Receita, Luiz Fernando Victor, argumenta que a trajetória do Rio ficou parecida com a de São Paulo e que os estados com maior salto na arrecadação, como Acre e Mato Grosso, têm uma receita pequena de ICMS. E defende os incentivos fiscais:

— Só uma empresa farmacêutica que saiu do Rio antes da política de incentivos provocou uma perda de R\$ 160 milhões por ano em ICMS de importação. Estou concluindo um estudo geral sobre os incentivos e posso adiantar que houve ganhos — garante.

Plano de metas prevê aumento de 20% em 2006

O deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) alerta que, a partir de 2007, o estado não poderá mais contar com as alíquotas maiores de ICMS, que foram elevadas temporariamente (em cinco pontos percentuais em energia e telecomunicações, em um ponto percentual para as demais atividades) para financiar o Fundo de Combate à Pobreza.



Márcia Foletto/Arquivo

PLATAFORMA DE petróleo: o Rio produz, mas a arrecadação de ICMS é feita no estado consumidor

CORPO A CORPO

JOSÉ LUÍS VIANNA DA CRUZ

'Os excluídos de sempre continuam de fora'

• Diretor da UFF no Norte Fluminense, o cientista social José Luís Vianna da Cruz sugere que os royalties sejam usados em programas de qualificação profissional. Cruz mostrará números sobre a pobreza no entorno de Macaé num debate sobre royalties, no evento "Interlatitudes 2005", esta semana na UFF.

O GLOBO: Qual é a importância dos royalties para a economia e as finanças do estado?

JOSÉ LUÍS VIANNA DA CRUZ: Estamos ainda no auge da exploração. É possível tirar grande proveito dos recursos, que geram emprego, renda e receitas para o estado. Em Macaé, há milhares de empresas atuando como fornecedoras da Petrobras, são 30 mil postos de trabalho. Num primeiro momento, isso abriu um mercado imenso para trabalhadores com alguma qualificação. Mas, agora, a mão-de-obra local sofre concorrência nacional. E a região ainda tem elevado índice de pobreza.

• Por que a pobreza não recuou?

CRUZ: Há uma massa de mão-de-obra muito desqualificada que não tem acesso aos empregos nem às oportunidades de qualificação. Os cursos são pagos, como no Sistema S (Sesc, Senac, Senai e Sebrae, por exemplo), ou têm seleção rigorosa, na Cefet e Uenf (universidades). A renda do petróleo poderia ser usada para qualificação profissional.

• Os programas atuais não atendem?

CRUZ: Os excluídos de sempre continuam de fora. Os programas não têm escala nem perfil adequado. É preciso oferecer cursos noturnos ou bolsa-auxílio. O aluno tem que receber de graça equipamento e material didático. Precisa haver um esforço para ampliar a escolaridade. Nessas condições, em um ano haverá grande oferta de mão-de-obra qualificada. (Luciana Rodrigues)

O secretário afirma, porém, que o estado estabeleceu um plano de metas para a arrecadação tributária e prevê, para 2006, uma alta de 20% na receita com ICMS. Este ano, foram R\$ 10,899 bilhões até outubro (em 2004 foram R\$ 10,82 bilhões). Segundo Luiz

Fernando, a arrecadação não cresce porque houve queda do ICMS com importações.

Especialista em administração pública, Armando Cunha, professor da Ebape/FGV, afirma que a retinção fiscal é um instrumento válido para atrair capitais, mas faz uma ressalva:

— Se for só uma política de curto prazo para festejar este ou aquele investimento, o incentivo pode ser um tiro no pé. ■

► NO GLOBO ONLINE:

Confira site especial sobre o setor de petróleo e gás
www.oglobo.com.br/petroleo